

Assembl. Const. pag. 1 e 7

Constituintes defendem novos partidos

22 DEZ 1988

por Getúlio Bittencourt
de São Paulo

Um novo quadro partidário, a legalização da escuta telefônica em alguns casos e a eleição direta do governador de Brasília podem emergir da próxima Assembleia Nacional Constituinte. É o que mostra uma pesquisa feita por este jornal com 110 constituintes eleitos, 20% do total, proporcionalmente distribuídos segundo os partidos e as regiões do País.

São 62% os entrevistados convencidos de que o Brasil precisa de uma reformulação partidária, depois desta eleição em que o PMDB elegeu 52,5% da Câmara dos Deputados e quase dois terços do Senado. Outros 32% defendem a manutenção do atual sistema partidário e 4,2% não têm opinião formada a respeito.

Mas não é tão simples desmontar os atuais partidos. Apenas 17% dos constituintes deixariam seu atual partido para ingressar numa legenda em formação, outros 14,5% podem fazê-lo dependendo das circunstâncias e 4,5% ainda não sabem. A maioria, 64%, ficaria onde está.

A proporção de constituintes dispostos a mudar para um partido já existente é substancialmente menor: apenas 4,5%, e talvez outros 8,2%, que podem bandear-se conforme as circunstâncias, e 4,2% que estão sem opinião formada sobre o assunto. Exatos 62% não trocariam de legenda.

ge é ameaçada pelos que são contra (24%) ou ainda não sabem (4,2%).

Um tema particularmente polêmico para o equilíbrio da Federação deve ser suscitado na Constituinte: o da proporcionalidade da representação dos estados na Câmara dos Deputados. A maioria (48%) é a favor, e aqui as regiões se pronunciam segundo seus interesses: os nordestinos em peso são contra, todos os paulistas são a favor.

O sistema de representação atual foi imposto pelo regime militar para limitar a bancada dos estados mais densamente povoados do Sul e dar maior peso político aos estados do Nordeste, onde era expressivo o apoio que recebia de eleitores menos informados e mais conservadores.

(Continua na página 7)

ANC 88
Pasta Dezembro/86
086

A escuta telefônica deve ser autorizada em casos de seqüestro ou terrorismo, conforme a proposta do chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Ivan de Souza Mendes. Um exemplo das surpresas que a Constituinte pode reservar ao País está na desconexão entre algumas respostas e a suposta ideologia dos entrevistados.

Assim, enquanto José Geníno Neto (PT-SP), considerado um radical ex-militante da esquerda armada, admite a escuta telefônica em casos excepcionais, uma constituinte tida como conservadora, Dirce Tutu Quadros (PSC-SP), não a aceita em hipótese alguma.

A eleição direta do governador de Brasília é aprovada pela maioria esmagadora dos constituintes ouvidos (70%), que nem de lon-

PESQUISA

Constituintes defendem novos...

por Getúlio Bittencourt
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

Uma revisão pelo menos parcial do atual sistema é defendida por outros 14,5%. A revisão ampla aumentaria a bancada de 60 deputados que São Paulo tem hoje para 104 deputados, se a base de cálculo for o eleitorado, ou 110, se o critério for a população. Entre os que desejam a reforma, 37% preferem o eleitorado como critério, e 33,5% optam pela população.

As Forças Armadas devem conservar suas atuais missões constitucionais para 88% dos entrevistados, que se alinham com a sugestão do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves. Apenas 24% estão dispostos a mexer com as funções dos quartéis.

Há também uma maioria significativa a favor da manutenção das usinas nucleares apenas para fins pacíficos (69%), diante de 19% que gostariam de vê-las desativadas e 6,4% que preferem usá-las também para fins militares. Uma ressalva feita por quase todos os entrevistados: em qualquer circunstância, pedem o máximo de segurança nas usinas.

A pena de morte, por fim, tem escassos defensores (10,8%). Uma clara maioria de 83% é contra sua aplicação no Brasil.